A tutela cível do superior interesse da criança – das providências tradicionais ao “novo” instituto do apadrinhamento civil

JURISPRUDÊNCIA

A JURISPRUDÊNCIA DO STJ

- **Acórdão de 22.05.2013 (P.2485/10.8TBGMR.G1.S1) – Rel. Gabriel Catarino**

Fixação de pensão alimentar a favor de menor. Essencialidade de que se reveste para o interesse do menor a prestação alimentar impõe ao tribunal que lhe confira o necessário conteúdo. Accionamento do FGADM pressupõe prévia condenação do progenitor ao pagamento de determinada pensão pelo que a abstenção do tribunal na fixação correspondente coloca o menor em situação de intolerável desigualdade perante qualquer outro.

- **Acórdão de 08.05.2013 (P.1015/11.9TMPRT.P1.S1) – Rel. Lopes do Rego**

Fixação de pensão alimentar a favor de menor. Obrigatoriedade, ainda que seja desconhecida a concreta situação de vida do progenitor não residente, por sobrelevar o interesse fundamental do menor cabendo às instâncias, através do recurso a presunções naturais e a juízos de equidade, estabelecer um patamar mínimo de rendimento presumível, com base no qual fixarão a contribuição a cargo do progenitor ausente, a suportar efectivamente pelo Fundo.

- **Acórdão de 25.06.2012 (P.10102/09.2TCLRS.L1.S1) – Rel. Sebastião Póvoas RERP.**

Fixação de alimentos a prestar ao menor por progenitor não residente. Jurisdição voluntária. Recorribilidade para o STJ apenas em matéria de lei estrita ou dos pressupostos legais que condicionaram a decisão (mas não quanto à oportunidade ou conveniência dos critérios que a informaram).

Se o STJ vem julgando, uniforme e unanimemente, em determinado sentido, as instâncias (não obstante o seu poder soberano de julgar) devem atentar nessa jurisprudência, explanando-a nas suas decisões e procurando evitar contradição de julgados - doutro modo, incumprem ostensivamente art.8º./3 CC.

- **Acórdão de 22.05.2012 (P.5168/08.5TBAMD.L1.S1) – Rel. João Camilo**
 Fixação de pensão alimentar a favor de menor. Obrigatoriedade, ainda que seja desconhecida a situação sócio-económica do progenitor a cargo de quem não ficou o menor.
- **Acórdão de 15.05.2012 (P.2792/08.0TBAMD.L1.S1) – Rel. Alves Velho**
 Fixação de pensão alimentar a favor de menor. Obrigatoriedade, ainda que sejam desconhecidos o paradeiro e as condições sócio-económicas do progenitor. Tal fixação é da exclusiva competência das instâncias.
- **Acórdão de 29.03.2012 (P.2213/09.0TMPRT.P1.S1) – Rel. João Trindade**
 Fixação de pensão alimentar a favor de menor. Obrigatoriedade, ainda que seja desconhecida a concreta situação de vida de um dos progenitores obrigado a alimentos, por sobrelevar o interesse do menor. Cabe ao obrigado a alimentos o ónus da prova da impossibilidade total ou parcial da prestação de alimentos.
- **Acórdão de 27.09.2011 (P.4393/08.3TBAMD.L1.S1) – Rel. Gregório Jesus**
 Fixação de pensão alimentar a favor de menor. Obrigatoriedade, ainda que seja desconhecido o paradeiro e a concreta situação económica de um dos progenitores obrigado a alimentos, por sobrelevar o interesse do menor.
- **Acórdão de 12.07.2011 (P.4231/09.0TBGMR.G1.S1) – Rel. Helder Roque**
 Fixação de pensão alimentar a favor de menor. Determinação do valor. FGADM.
- **Acórdão de 07.04.2011 (P.9420/06.6TBCSC.L1.S1) – Rel. Lopes do Rego**
 FGADM. Art.2º./1 da Lei 75/98 - Fixação de um tecto da responsabilidade financeira pública, alcançado, não por referência a cada um dos menores/credores de alimentos, mas por cada progenitor/devedor incumpridor.
- **Acórdão de 13.10.2010 (P.202-B.C1.S1/2001) – Rel. Garcia Calejo**
 Alimentos. Excepcionalmente, se no momento em que atingir a maioridade, o filho não houver completado a sua formação profissional, manter-se-á a obrigação a que se refere o art.1879º. CC, nos termos previstos no art.1880º. CC. Carácter temporário de tal obrigação excepcional. No caso de litígio entre os pais e o filho maior, compete a este a instauração do pertinente processo judicial, aí fundamentando a sua necessidade e a possibilidade dos progenitores a prestar.
- **Acórdão de 28.09.2010 (P.870/09.7TBCTB.C1.S1/2001) – Rel. Fonseca Ramos**
 Responsabilidades parentais - o regime decorrente da Lei nº.61/2008, de 31.10, mormente no que respeita ao nº.6 do art.1907º.CC, aplica-se imediatamente às acções intentadas após a alteração legislativa, impondo o dever de informação ao progenitor que não exerça no todo ou em parte as responsabilidades parentais sobre a educação e as condições de vida do filho, relativamente á mudança de domicílio do menor para país estrangeiro, na companhia da mãe a quem fora confiada a guarda, por se tratar de questão de particular importância, nos termos

do nº.1 do art.1906º. CC. Preceitos de interesse e ordem pública. Dever de informação e participação do progenitor que não tem a guarda.

- **Acórdão de 06.05.2010 (P.503-D/1996.G1.S1) – Rel. Lopes do Rego**
Jurisdição voluntária. Irrecorribilidade para o STJ de decisões fundadas em critérios de conveniência e oportunidade. Realização coerciva do direito à prestação alimentar – o referencial do rendimento intangível – como forma de assegurar o limiar de subsistência do obrigado, titular do subsídio de desemprego, operando um balanceamento adequado entre o mínimo de subsistência constitucionalmente garantido quanto ao progenitor - vinculado a um dever fundamental de prestação de alimentos ao seu filho menor - e o próprio direito à dignidade e sobrevivência do filho é o rendimento social de inserção e não o montante do salário mínimo nacional.
- **Acórdão de 25.03.2010 (P.7957/1992.2.P1.S1) – Rel. Alves Velho**
Fixação de alimentos a menor. O progenitor a quem foi confiada a guarda do menor não perde a legitimidade para continuar a exigir do outro, designadamente no incidente de incumprimento, o pagamento das prestações vencidas e não pagas durante a menoridade, após a maioridade do filho.
- **Acórdão de 04.02.2010 (P.1110/05.3TBSCD.C2.S1) – Rel. Oliveira Vasconcelos**
RERP. Havendo separação, mesmo de facto, deverá ter lugar. Critério norteador é o superior interesse do menor. Figura primária de referência.
- **Acórdão de 04.06.2009 (P.91/03.2TQPDL.S1) – Rel. Maria dos Prazeres Pizarro Beleza**
FGADM. Determinação do montante a suportar em função da capacidade económica do agregado familiar, do montante da pensão e das necessidades específicas do menor, podendo ser inferior, igual ou superior ao valor da pensão judicialmente fixada e não satisfeita pelo obrigado. O limite máximo de 4 UCs por devedor a que alude o art.2º./1 da Lei nº.75/78 tem que ser entendido relativamente a cada menor beneficiário.
- **Acórdão de 27.05.2008 (P.08B1203) – Rel. Maria dos Prazeres Pizarro Beleza**
RERP. Pais não casados e que nunca viveram juntos. Decisão de acordo com o interesse do menor, embora atendendo aos demais interesses envolvidos. Jurisdição voluntária – inadmissibilidade de recurso para o STJ das decisões tomadas segundo critérios de conveniência e oportunidade – art.1411º./2 CPC. Insusceptibilidade de recurso para o STJ de decisão judicial que, ponderando as opções possíveis quanto à forma concreta de regulação do exercício das responsabilidades parentais, escolher, justificando, aquela que se lhe afigura ser a que melhor prossegue o interesse do menor. Prazo para alegar no recurso de revista – do disposto no art.160º. OTM não resulta necessariamente que corra em férias. Efeito não suspensivo dos recursos interpostos no âmbito dos processos de RERP – art.185º. OTM.

A JURISPRUDÊNCIA DAS RELAÇÕES

Descritores: Responsabilidades Parentais/ Providências Tutelares Cíveis/o artigo 1887º-A do CC

1. Tribunal da Relação de Coimbra

- **Acórdão de 10.07.2013 (P.3007/03.2TBLRA-A.C1) – Rel. Falcão de Magalhães**
FGADM – pressupostos. Capitação de rendimentos. Acórdão uniformizador nº.12/09, de 07/07/2009 (DR, 1.ª série - N.º 150 - 5 de Agosto de 2009), no sentido de que «...o Fundo, enquanto interveniente no incidente, é chamado aos autos apenas com a notificação da decisão do tribunal”. Falta de notificação da decisão. Nulidade.
- **Acórdão de 12.03.2013 (P.648/12.0TBTNV-A.C1) – Rel. Moreira do Carmo**
Obrigatoriedade de fixação de pensão alimentar, mesmo perante desemprego temporário ou desconhecimento da concreta situação económica
- **Acórdão de 15.01.2013 (P.718/11.2TMCBR-A.C1) – Rel. Luís Cravo**
Decisões provisórias. Dever de fundamentação, sob pena de nulidade.
- **Acórdão de 11.12.2012 (P.464/12.0TMCBR.C1) – Rel. Francisco Caetano**
Declarada a incompetência de determinado Tribunal e remetido o processo, após trânsito, ao Tribunal julgado competente (111/3 CPC), este não pode suscitar de novo a questão da competência, ainda que com diferente argumento, apenas lhe competindo aceitar a competência que lhe foi atribuída pelo Tribunal remetente.
- **Acórdão de 11.12.2012 (P.46/09.3TBNLS-A.C1) – Rel. Luís Cravo**
Para accionar FGADM a impossibilidade de satisfação das prestações alimentares satisfaz-se com inviabilidade de obter pagamento, nos termos do art.189º. OTM, não sendo exigível recurso a acção executiva, quer execução especial por alimentos, quer cobrança de alimentos no estrangeiro ao abrigo de convenção internacional (v.g. a Convenção de Nova Iorque de 20.06.56) ou de instrumento normativo comunitário (Reg.CE 4/09, de 18.12.08).
- **Acórdão de 09.10.2012 (P.105/05.1TBTNV.C1) – Rel. Virgílio Mateus**
Estando o FGADM a pagar alimentos, não deve o juiz ordenar a cessação de tal pagamento, quando se apure que o progenitor reside em país estrangeiro, auferindo determinado ordenado.

Mesmo que fosse caso de cessação, ela só deveria ocorrer a partir do efectivo pagamento pelo progenitor devedor.

- **Acórdão de 02.10.2012 (P.169/03.2TBFND-A.C1) – Rel. Carlos Moreira**
FGADM – cálculo do valor da capitação dos rendimentos – regras introduzidas pelo DL 70/2010, de 16.06 – não deve atender às despesas que cada um efectue.
- **Acórdão de 11.07.2012 (P.1796/08.7TBCTB-A.C1) – Rel. Fonte Ramos**
As estadias do filho na residência do progenitor sem a guarda não devem ser consideradas como causa de redução da obrigação de alimentos. Guarda alternada - idade do menor e figura parental de referência
- **Acórdão de 20.06.2012 (P.450/11.7BTNV-A.C1) – Rel. Carlos Marinho**
Visitas. Fixação de regime. Padrinho. Audição da criança – imposição.
- **Acórdão de 20.09.2011 (P.590-H/2002.C1) – Rel. Francisco Caetano**
Falta de notificação às partes de pareceres ou promoções do MP não acarreta nulidade por inexistência de exigência legal nesse sentido.

Obrigação de alimentos não cessa com maioridade pelo que, ocorrendo esta na pendência da RERP ou de qualquer incidente – maxime incumprimento -, os respectivos processos devem prosseguir termos.

É ao obrigado devedor que incumbe promover a cessação da obrigação mediante o incidente previsto no art.1412/2 CPC.

- **Acórdão de 26/02/2008 (P.50031-B/2000.C1) – Rel: Jaime Ferreira**
Consagração, no art.1887º.-A CC (aditado pelo art.1º. da Lei nº.84/95, de 31/08), do direito de um menor a conviver e a relacionar-se de forma estreita (e familiar) com a sua família natural, designadamente irmãos e avós, assim como consagração de tal direito a estes, em relação a um menor seu familiar, ou seja, um direito de convívio ou de visita recíproco. Aos avós cabe um “papel afectivo e lúdico, satisfazendo as necessidades emocionais dos netos”.
Impõe-se cuidadosa interpretação do preceito pois do mesmo não resulta nem pode resultar ser tal “direito de convívio” idêntico ou ter o mesmo conteúdo dos direitos e deveres dos pais sobre os filhos, em caso de separação daqueles, como resulta dos arts.1905º./1 e 2 e 1906º. CC e 180º.OTM.
- **Decisão de reclamação de 31.10.2007 (P.72/07.7TBCTB-B.C1) – Autor: António Piçarra**
Decisão provisória – art.157 OTM. Poder discricionário ou de livre resolução do tribunal.

Recorribilidade – o conteúdo concreto do regime provisório fixado exorbita dessa discricionariedade.
- **Acórdão de 30/10/2007 (P.4-D/1997.C1) – Rel. Teles Pereira**
Da morte da progenitora a quem a menor sua filha se encontrava confiada, na sequência de divórcio do pai desta, decorre, como regra, por aplicação do disposto

nos arts.1903º., 1904º. e 1908º., este a contrario, todos do CC, que o poder paternal passe a competir ao progenitor sobrevivente, com a consequente entrega da menor a este.

A entrega da menor a terceiros, designadamente aos avós maternos, configurar-se-á como exceção, sendo o pressuposto desencadeador da exceção a verificação de perigo, em função da entrega ao pai, para a segurança, saúde, formação moral e educação da menor, nos termos do artigo 1918º do CC.

- **Acórdão de 15.05.2007 (P.1216/06.1TBACB.C1) – Rel. Silva Freitas**
RERP – menor a residir com tios. Pais casados e a viver juntos.
- **Acórdão de 05/7/2005 (P.1566/05) – Rel. Sousa Pinto**
O artº 1887º.-A CC deve ser interpretado numa perspectiva restritiva, em que se concebe a sua aplicação às situações em que há uma patente atitude de inviabilização do convívio entre irmãos ou entre avós e netos. Tal convívio deverá existir, só podendo ser negado caso se verifique uma situação que o justifique. Superior interesse dos menores.

2. Tribunal da Relação de Évora

- **Acórdão de 21.03.2013 (P.390/10.7TMSTB.E1) – Rel. Isabel Silva**
RERP. Convívio com o progenitor. Regime de visitas. Criança com 3 anos.
- **Acórdão de 21.03.2013 (P.695/09.0) – Rel. Canelas Brás**
Alteração RERP. Recurso. Impugnação da matéria de facto.
- **Acórdão de 31.01.2013 (P.459/05.0TMFAR.E1) – Rel. Maria Alexandra M. Santos**
Incumprimento grave e culposo RERP – recusa de entrega de menor a mãe depois de passar férias na sua companhia, retendo a criança em local incerto. Competência do tribunal onde foi fixado o regime – art.181º. OTM.
- **Acórdão de 08.11.2012 (P.434/10.2TMFAR-B.E1) – Rel. Francisco Xavier**
Dois pedidos de alteração RERP sucessivamente apresentados – visitas e alimentos. Segundo pedido não deve ser rejeitado por manifesta inadmissibilidade, não tendo o requerido na primeira providência o ónus de suscitar pedido de alteração da pensão.
- **Acórdão de 19.04.2012 (P.2953/10.1TBPTN-A.E1) – Rel. António Manuel Ribeiro Cardoso**
RERP – acordo judicialmente homologado. Contrato formal sujeito às regras de interpretação dos arts.236º. a 239º. CC.
- **Acórdão de 11.04.2012 (P.612/09.7TMFAR.E1) – Rel. Maria Alexandra M. Santos**
RERP. Alienação parental – alegação de abusos sexuais. Exercício unilateral das responsabilidades parentais.

- **Acórdão de 23.03.2012 (P.678/09.0TMSTB) – Rel. Paulo Amaral**
RERP. Visitas. Menor de 3 anos.
- **Acórdão de 02.02.2012 (P.2165/07.1TBPTM-F) – Rel. Silva Rato**
Incumprimento RERP. Visitas. Menores com 13 e 16 anos. Insusceptibilidade de formulação de juízo de censura por inexistência de intenção de obstaculização do direito de visita.
- **Acórdão de 26.01.2012 (P.506/07.0TBVVC-G) – Rel. Paulo Amaral**
Incumprimento RERP/entrega judicial. Nada obsta que os autos aguardem realização de perícia já determinada noutros autos pendentes relativamente a mesmo menor – evitam-se actos inúteis.
- **Acórdão de 23.01.2012 (P.2165/07.1TBPTM-K.E1) – Rel. António Manuel Ribeiro Cardoso**
Incumprimento de RERP quanto a alimentos. Susceptibilidade de recurso – deverá atender-se ao valor da acção (superior à alçada da Relação) e ao valor da sucumbência.
- **Acórdão de 19.01.2012 (P.859/08.37TMFAR.E1) – Rel. Francisco Matos**
FGADM – requisitos. Capitação.
- **Acórdão de 19.01.2012 (P.1051/09.5TMFAR) – Rel. João Gonçalves Marques**
RERP. Fixação de residência. Menor de 5 anos.
- **Acórdão de 19.01.2012 (P.482/05.4TMFAR-A.E1) – Rel. João Gonçalves Marques**
FGADM. Cessação com a maioridade.
- **Acórdão de 13.10.2011 (P.2364/09.1TBSTR.E1) – Rel. Rosa Barroso**
RERP. Exercício unilateral. Desconhecimento do paradeiro do progenitor. Questões de particular importância.
- **Acórdão de 22.09.2011 (P.620/08.5TMFAR.E1) – Rel. Mata Ribeiro**
RERP pendente. Maioridade. Incapacidade permanente global de 70%. Interdição ou inabilitação (pendente?). Impossibilidade superveniente da lide.
- **Acórdão de 02.06.2011 (P.365/08.6TMSTB.E1) – Rel. António Manuel Ribeiro Cardoso**
RERP. Abono de família – apoio do Estado apenas concedido porque existem menores, devendo por conseguinte reverter a favor dos mesmos e ser deduzido nas respectivas despesas.

Regime de visitas - a intervenção do tribunal deverá limitar-se ao indispensável (princípio da intervenção mínima), com primazia das soluções consensuais, desde que respeitem o superior interesse dos menores.

- **Acórdão de 15.09.2010 (P.43/07.3TBARL.E1) – Rel. Maria Alexandra M. Santos**
RERP. Superior interesse da criança.
- **Acórdão de 02/06/2005 (P.946/05-3) – Rel. Álvaro Rodrigues:**

Convívio de menor com avós paternos

3. Tribunal da Relação de Guimarães

- **Acórdão de 01.10.2013 (P.2810/12.7TBGMR.G1) – Rel. Edgar Gouveia Valente**
Alimentos – Fixação a favor de filhos deve ser apenas a estes referenciada. Porém, não deverão suportar abaixamento das suas expectativas de qualidade de vida como singela decorrência da separação de patrimónios e rendimentos dos progenitores.
- **Acórdão de 11.07.2013 (P.3621/12.5TDGMR.G1) – Rel. Rita Romeira**
Alimentos – deve ser sempre fixada pensão, desde que se prove a necessidade dos menores e o progenitor/obrigado não demonstre a impossibilidade de os prestar (mesmo que desconhecido o paradeiro – cabe-lhe a prova dos factos demonstrativos da incapacidade de prestar os alimentos – art.342º./2 CC).
- **Acórdão de 11.07.2013 (P.232/10.3TBAVV.G1) – Rel. Rita Romeira**
Alteração RERP – não deve ser reduzido o quantum da pensão de alimentos pois as necessidades dos filhos sobrelevam a disponibilidade económica do progenitor obrigado, devendo este adequar as suas despesas aos seus rendimentos, na certeza de que as necessidades dos filhos têm importância prioritária.
- **Acórdão de 13.06.2013 (P.2753/11.1TBGMR-A.G1) – Rel. Maria Luísa Ramos**
Alimentos – não fixação por incapacidade económica da progenitora, beneficiária do rendimento social de inserção (medida de protecção social, visando a preservação de um nível de subsistência condigna do beneficiário).
- **Acórdão de 07.05.2013 (P.4360/08.7TBGMR-A.G2) – Rel. António Beça Pereira**
FGADM – residindo o devedor no estrangeiro e tendo aí rendimentos, o Fundo só responderá depois de se ter tentado, sem sucesso, cobrar os alimentos no estrangeiro, a não ser que se possa afirmar, logo à partida, não ser tal, de todo, possível.
- **Acórdão de 02.05.2013 (P.2707/12.0TBVCT-A.G1) – Rel. Antero Veiga**
Estando pendente divórcio, as providências cíveis referentes à RERP correm por apenso – art.154º./4 OTM.

- **Acórdão de 02.05.2013 (P.732/04.4TMBRG-A.G1) – Rel. Isabel Rocha**
FGADM – pressupostos. Determinação do montante. Indexante dos apoios sociais e regras de capitação.
- **Acórdão de 18.04.2013 (P.760/10.0TAGMR.G1) – Rel. Carvalho Guerra**
Na inexistência de tribunal de Família, é competente para execução por custas proveniente de inibição das responsabilidades parentais que correu nos Juízos Cíveis de Guimarães, o juízo de execução do Tribunal de Comarca – art.3º./2 da LOFTJ
- **Acórdão de 19.03.2013 (P.1066/06.5TBPTL-B.G1) – Rel. Filipe Carço**
FGADM – exercício do contraditório quanto às provas recolhidas. Decisão deve ser adequadamente fundamentada, de facto e de direito, sob pena de nulidade.
- **Acórdão de 19.03.2013 (P.6558/05.0TBGMR.G1) – Rel. António Santos**
Alteração RERP – susceptibilidade de indeferimento liminar. Jurisdição voluntária.
- **Acórdão de 04.03.2013 (P.228/11.8TBACL.G1) – Rel. Maria da Purificação Carvalho**
RERP. Superior interesse. Continuidade da relação afectiva com a pessoa de referência. Reg. CE 2201/03-Deslocação ilícita dos menores para França na companhia da progenitora.
- **Acórdão de 19.02.2013 (P.119/08.0TMBRG.G1) – Rel. Maria da Purificação Carvalho**
Alteração RERP. Superior interesse. Jurisdição voluntária. Continuidade da relação afectiva da pessoa de referência.
- **Acórdão de 04.12.2012 (P.272/04.1TBVNC-D.G1) – Rel. António Santos**
Alteração RERP. Visitas. Superior interesse. Audição de menor. Alienação parental
- **Acórdão de 29.11.2012 (P.234/11.2TBVV-A.G1) – Rel. Manuel Bargado**
Não separação de fratria. Impende sobre os progenitores o ónus de alegar e provar a absoluta impossibilidade de prestar alimentos.
- **Acórdão de 20.11.2012 (P.3929/11.7TBGMR.G1) – Rel. Filipe Carço**
Na inexistência de tribunal de Família, é competente para execução por custas proveniente de suspensão do exercício das responsabilidades parentais que correu nos Juízos Cíveis de Guimarães, o juízo de execução do Tribunal de Comarca.
- **Acórdão de 06.11.2012 (P.3870/10.0TBGMR.G1) – Rel. Espinheira Baltar**
Alimentos – Fixação mesmo perante desconhecimento paradeiro progenitor não guardião.
- **Acórdão de 26.06.2012 (P.1805/10.0TBGMR.G1) – Rel. Ana Cristina Duarte**
FGADM. Prestação social. Limite de 4UC por cada progenitor/devedor, independentemente do número de menores.

- **Acórdão de 14.06.2012 (P.4269/07.1TBGMR.G1) – Rel. Rita Romeira**
FGADM. Devedor residente na Suíça, conhecendo-se-lhe rendimentos de trabalho dependente. Só há susceptibilidade de obtenção de tal prestação depois de esgotada a susceptibilidade de pagamento através do art.189º. OTM.
- **Acórdão de 06.03.2012 (P.27/10.4TBMNC.G1) – Rel. Rita Romeira**
FGADM. Prestação subsidiária só atribuível quando se verifique impossibilidade de obter pensões através do procedimento previsto no art.189º. OTM,

Desnecessidade de fundamentação de despachos de mero expediente. Regras relativas a junção de documentos.
- **Acórdão de 27.02.2012 (P.604/07.0TMBRG-B.G1) – Rel. Maria Catarina Ramalho Gonçalves**
Incumprimento – Alimentos. Incidente previsto no art.189º. OTM. ACTC 306/05 – rendimento social de inserção como o mínimo dos mínimos compatível com a dignidade da pessoa humana. Alteração RERP deverá ser instaurada para adequar o valor da pensão, nessa situação.
- **Acórdão de 19.01.2012 (P.1208/11.9TBGMR.G1) – Rel. Rita Romeira**
RERP. Jurisdição voluntária. Deve ser fixada obrigação alimentar a prestar por progenitor que não demonstrou impossibilidade de a prestar.
- **Acórdão de 06.12.2011 (P.91/10.6TBMNC.G1) – Rel. António Sobrinho**
FGADM – dever de fundamentação das decisões que determinem o valor das prestações a suportar pelo Fundo.
- **Acórdão de 17.11.2011 (P.656/03.2TMBRG-B.G1) – Rel. Jorge Teixeira**
FGADM – requisitos.
- **Acórdão de 10.11.2011 (P.4483/07.0TBGMR-A.G1) – Rel. Rita Romeira**
RERP. Jurisdição voluntária. Deve ser fixada obrigação alimentar a prestar por progenitor que não demonstrou impossibilidade de a prestar.
- **Acórdão de 10.11.2011 (P.129/06.1TMBRG-B.G1) – Rel. Maria Luísa Ramos**
Alimentos – Estando demonstrado que progenitor tem capacidade para trabalhar, está, em princípio, adstrito ao dever de pagar alimentos. O ónus da prova da impossibilidade total ou parcial de prestação de alimentos cabe ao obrigado (art.343º./2 CC).
- **Acórdão de 08.11.2011 (P.4396/10.8TBGMR.G1) – Rel. José Manuel Araújo de Barros**
RERP – Dever de fixação de alimentos mesmo quando não se conseguiu apurar situação económica por desconhecimento do paradeiro do progenitor. É de presumir, face a critérios de normalidade, que auferirá o equivalente ao salário mínimo nacional.

- **Acórdão de 20.10.2011 (P.56/11.0TBGMR.G1) – Rel. Manuel Bargado**
RERP – Dever de fixação de alimentos mesmo quando não se conseguiu apurar situação económica por desconhecimento. É ao obrigado que cabe alegar e provar a impossibilidade de prestar alimentos.
- **Acórdão de 06.10.2011 (P.159/03.5TBPTB.G1) – Rel. Manuel Bargado**
FGADM. Prova anual de manutenção dos pressupostos de atribuição (não apenas no ano subsequente a essa atribuição).
- **Acórdão de 06.10.2011 (P.449/09.3TCGMR-A.G1) – Rel. Antero Veiga**
RERP. Jurisdição voluntária - pressupostos processuais e substantivos devem ser observados. Não pode deixar de realizar-se audiência de julgamento ou suprimir-se tramitação processual prevista na lei, sob pena de nulidade. Dever de fundamentação das decisões.
- **Acórdão de 04.10.2011 (P.1112/10.8TBGMR.G1) – Rel. Purificação Carvalho**
RERP – Princípio do contraditório. Nulidade sanável em 10 dias. Nulidade de sentença por excesso de pronúncia.
- **Acórdão de 04.10.2011 (P.376/09.4TMBRG.G2) – Rel. Purificação Carvalho**
FGADM. Aplicação de doutrina constante de acórdão uniformizador. ACSTJ de 07.07.09, no sentido de as prestações a suportar pelo Fundo nascerem com a decisão de atribuição e só serem exigíveis a partir do mês seguinte à data da notificação da decisão.
- **Acórdão de 02.06.2011 (P.320/06.0TBPTB-A.G1) – Rel. Raquel Rego**
FGADM. Prova anual de manutenção dos pressupostos de atribuição (não apenas no ano subsequente a essa atribuição).
- **Acórdão de 19.05.2011 (P.170/06.4TBPTB.G1) – Rel. Helena Melo**
FGADM. Prova anual de manutenção dos pressupostos de atribuição (não apenas no ano subsequente a essa atribuição).
- **Acórdão de 12.05.2011 (P.228/08.5TBPTB.G2) – Rel. Maria da Conceição Saavedra**
FGADM. Prova anual de manutenção dos pressupostos de atribuição (não apenas no ano subsequente a essa atribuição).
- **Acórdão de 06.05.2011 (P.7380/03.4TBGMR-B.G1) – Rel. António Ribeiro**
RECURSOS – Recurso interlocutório - Regime especial previsto no art.185º. da OTM. Efeito meramente devolutivo e subida a final com o interposto da decisão final. Decisão relativa ao exercício das responsabilidades parentais.
- **Acórdão de 14.04.2011 (P.149/10.1TMBRG.G1) – Rel. Carvalho Guerra**
A norma do art.4º./5 do DL 164/99, de 13.05 interpretada no sentido de que a obrigação do FGADM só se constitui com a decisão do tribunal, não sendo devidas

prestações referentes a períodos anteriores padece de inconstitucionalidade material por violação dos arts.69º./1 e 63º./1 e 3 da CRP.

- **Acórdão de 29.03.2011 (P.651/06.0TBGMR-B.G1) – Rel. Carvalho Guerra**
Não é ilegal nem inconstitucional a interpretação do art.189º. OTM, segundo a qual se podem efectuar deduções no vencimento do devedor de pensões a menores vencidas e vincendas mesmo quando delas resulte para o devedor rendimento inferior ao salário mínimo, desde que elas não ponham em risco o mínimo de sobrevivência garantido por valor equivalente ao RIS.
- **Acórdão de 02.02.2010 (P.303/08.6TMBRG.G1) – Rel. António Figueiredo de Almeida**
Na fixação deve ter-se em conta o montante pecuniário auferido pelo devedor e sobretudo toda a situação patrimonial e padrão de vida, incluindo a capacidade laboral futura, onde se inclui a obrigação de diligenciar por exercício de uma actividade profissional geradora de rendimentos.

4. Tribunal da Relação de Lisboa

- **Acórdão de 10.10.2013 (P.241/12.8T2AMD.L1) – Rel. Orlando Nascimento**
Incumprimento previsto no art.181º.OTM. Jurisdição voluntária. Predomínio do princípio do inquisitório e do critério de equidade. Livre revogabilidade das decisões em face de circunstâncias supervenientes. Alimentos. Relevância do conhecimento sobre se o menor se encontra a residir com o progenitor obrigado a alimentos por, nesse caso, se alterarem os pressupostos em que se fundou a decisão condenatória de alimentos.

Invocação, em sede de apelação, de haver tal sido referido em audiência, sem que tal conste da acta cuja falsidade não foi suscitada. Inexistência de nulidade por omissão de pronúncia.
- **Acórdão de 11.07.2013 (P.106/04.7TBSXL-A.L1-7) – Rel. Ana Resende**
Fixação de pensão – Dever. Impossibilidade de aplicação da regra da proporcionalidade por facto imputável ao requerido.
- **Acórdão de 11.07.2013 (P.5147/03.9TBSXL-B.L1-2) – Rel. Maria José Mouro**
FGADM. Fixação do valor a satisfazer pelo Fundo - não limitação do Tribunal ao quantitativo a que o devedor originário está obrigado.
- **Acórdão de 26.06.2013 (P.6312/08.8TBCSC-0.L1-8) – Rel. Ilídio Sacarrão Martins**
Domicílio do menor – lugar da residência da família – art.85º., nº.1CC. Autonomia da acção de alteração das responsabilidades parentais relativamente à acção na qual foram primeiramente reguladas tais responsabilidades. Como decorrência de

tal autonomia deve entender-se não fixada para a alteração a competência territorial definida na anterior acção.

- **Acórdão de 20.06.2013 (P.1371/12.TBVF-A.L1-8) – Rel. Luís Correia de Mendonça**
Alteração das responsabilidades parentais. Autuação do processo por apenso ao anterior processo.
- **Acórdão de 30.05.2013 (P.5720/04.8TBCSC-8) – Rel. Isoleta Almeida Costa**
Alteração da regulação das responsabilidades parentais. Jurisdição voluntária. Prevalência da equidade sobre a legalidade estrita. Está vedado ao juiz ultrapassar normas imperativas como a do art.179º./2OTM respeitante à designação de dia para audiência de julgamento. Da respectiva omissão decorre nulidade.
- **Acórdão de 28.05.2013 (P.2166/05.4TBCSC-C.L1-7) – Rel. Dina Monteiro**
Execução por alimentos. Inexequibilidade do título. Alimentos provisórios. Alteração da regulação das responsabilidades parentais.
- **Acórdão de 21.05.2013 (P.556/10.0TMLS-B.L1) – Rel. Cristina Coelho**
RERP. Fixação do local da residência no estrangeiro. Figura primária de referência. Mãe inglesa pretende regressar a sua terra natal – a criança tem na mãe a figura parental de referência e foi fixada a residência do menor com a mãe. Deslocação para Inglaterra não deve ser impedida. Interesse do menor.
- **Acórdão de 09.05.2013 (P.1297/12.9TBRR-L1-8) – Rel. António Valente**
Alteração RERP – Residência alternada. Homologação de acordo. Menor de 10 anos.
- **Acórdão de 11.04.2013 (P.2415/11.0TMLS-B-A.L1-2) – Rel. Magda Galdes**
FGADM. Residência do progenitor no estrangeiro. Convenção de Nova Iorque sobre cobrança de alimentos no estrangeiro de 20.06.56.
- **Acórdão de 09.04.2013 (P.1025/09.6TBRR-A.L1-7) – Rel. Gouveia de Barros**
FGADM – Apuramento da capitação. Rendimento anual líquido do trabalho dependente dividido por 12 meses.
- **Acórdão de 18.03.2013 (P.3500/10.0TBRR-L1-6) – Rel. Maria de Deus Correia**
Guarda alternada – residência alternada. Conflito acentuado entre os progenitores. Crianças muito pequenas.
- **Acórdão de 12.03.2013 (P.3410/10.1TBCSC-B.L1-7) – Rel. Cristina Coelho**
Imposição unilateral por um dos progenitores dos termos da frequência de infantário de menor. Incumprimento ao regime de regulação das responsabilidades parentais fixado.

- **Acórdão de 05.03.2013 (P.2083/12.1TBVFX-A.L1-1) – Rel. Graça Araújo**
Alteração da regulação do exercício das responsabilidades parentais. Acção nova. Competência. Apensação.
- **Acórdão de 05.03.2013 (P.7252/06.0TBSXL.L1-7) – Rel. Pimentel Marcos**
RERP. Jurisdição voluntária. Superior interesse dos menores. A sentença de RERP deve sempre fixar pensão alimentar a cargo do progenitor a quem os menores não são confiados, quer seja desconhecido o seu paradeiro, e/ou a sua situação económica, quer esta seja precária. Deve ser também fixada pensão mesmo que não conhecida a real situação económica do progenitor a quem os filhos são confiados e as verdadeiras necessidades destes.
- **Acórdão de 26.02.2013 (P.1839/10.4TBVFX.L1-7) – Rel. Maria do Rosário Morgado**
RERP. Afastamento do regime-regra legalmente estabelecido de exercício em comum das responsabilidades parentais por ambos os progenitores só em situações excepcionais, por decisão judicial fundamentada.
- **Acórdão de 19.02.2013 (P.6872/08.3TBCSC.L1-7) – Rel. Luís Espírito Santo**
Incumprimento de RERP. A circunstância de, em conferência de pais, o progenitor ter admitido que “efectivamente não tem pago a pensão de alimentos, reconhecendo também que não tem contribuído para as despesas” não implica o reconhecimento de que as despesas apresentadas pela requerente estivessem documentalmente comprovadas e que fossem, nessa medida, devidas, conforme previsto no regime da regulação das responsabilidades parentais estabelecido.

Ao tribunal cumpriria – previamente e em vez de julgar verificado o incumprimento – analisar todos e cada um dos comprovativos apresentados pela requerente e, perante a alegação do requerido (de não se encontrar documentalmente comprovada a razão de ser da pretendida comparticipação), julgar então da pertinência da comparticipação exigida.
- **Acórdão de 18.12.2012 (P.5270/08.3TBALM-A.L1-7) – Rel. Ana Resende**
FGADM – obrigação autónoma.
- **Acórdão de 18.12.2012 (P.838/10.0T2AMD.L1-7) – Rel. Manuel Tomé Soares Gomes**
RERP – Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida económica por desconhecimento de paradeiro.
- **Acórdão de 18.12.2012 (P.1135/09.0T2AMD.L1-1) – Rel. João Ramos de Sousa**
RERP – Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida situação económica do progenitor. Prevalência dos princípios da responsabilidade parental com o sustento dos filhos, do interesse superior da criança e da protecção às crianças.

- **Acórdão de 13.12.2012 (P.1608/07.9TBCSC.L1-1) – Rel. Rijo Ferreira**
Perícia psiquiátrica – princípio da proporcionalidade. Exercício conjunto do poder paternal.
- **Acórdão de 06.12.2012 (P.2327/12.0TBVFX-A.L1-8) – Rel. Maria Amélia Ameixoeira**
Alteração de RERP – acção independente. Determinação da competência do tribunal.
- **Acórdão de 04.12.2012 (P.5328/08.9TBAMD.L1-7) – Rel. Dina Monteiro**
RERP – Fixação de alimentos mesmo quando desconhecido paradeiro de progenitor.
- **Acórdão de 04.12.2012 (P.731/04.6TMSLB-H.L1-1) – Rel. Pedro Brighton**
Alteração de RERP – Valor da pensão. Interesse superior da criança.
- **Acórdão de 03.12.2012 (P.92/10.4TBRR-B.L1-8) – Rel. Catarina Arelo Manso**
Alteração de RERP – Homologação de acordo extrajudicial.
- **Acórdão de 27.11.2012 (P.5557/10.5TBCSC.L1-7) – Rel. Roque Nogueira**
Apadrinhamento civil. Decretamento no âmbito de processo de promoção e protecção. Sério comprometimento dos vínculos afectivos próprios da filiação.
- **Acórdão de 08.11.2012 (P.1529/03.4TCLRS-A.L2-6) – Rel. Aguiar Pereira**
FGADM – Obrigação nasce com decisão que julgue incidente de incumprimento e não abrange prestações anteriores. Não pode ser superior ao valor da pensão e não é actualizável automaticamente.
- **Acórdão de 08.11.2012 (P.1313/09.1T2AMD.L1-8) – Rel. Carla Mendes**
Alimentos – Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida situação económico-financeira.
- **Acórdão de 06.11.2012 (P.1525/09.8TBAMD.L1-7) – Rel. Dina Monteiro**
RERP – Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida situação económico-financeira.
- **Acórdão de 25.10.2012 (P.6583/09.2TCLRS.L1-6) – Rel. Ana de Azeredo Coelho**
Alimentos – Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida situação económico-financeira do progenitor não residente. Para tal efeito, deve atentar-se na global situação de vida do mesmo (e não apenas os rendimentos no seu aspecto quantitativo), relevando, nomeadamente, a sua capacidade de obtenção de rendimentos por via do trabalho. Na ausência de concretização de tais elementos, a fixação deve ter lugar por via da equidade, considerando as necessidades concretas da criança e a capacidade do progenitor decorrente da sua situação global.

- **Acórdão de 23.10.2012 (P.6308/10.0TBCSC.L1-1) – Rel. Rijo Ferreira**
Alimentos. Alteração de RERP. Incumprimento. Processo equitativo. Princípio do contraditório.
- **Acórdão de 23.10.2012 (P.2304/05.7TBCLD-E.L1-7) – Rel. Conceição Saavedra**
Alteração de RERP. Recusa do filho em conviver com um dos progenitores. Opção de modificação do regime instituído, com entrega do mesmo ao pai rejeitado. Superior interesse da criança.
- **Acórdão de 18.10.2012 (P.538/11.4TBRR-A.L1-8) – Rel. Ana Luísa Geraldes**
RERP. Jurisdição voluntária. Equidade. Não deve ser recusada a homologação de acordo em que fique estipulado que uma das filhas de determinado casal fique a residir com a mãe e a seu cargo e a outra fique a residir com os avós paternos, enquanto o pai estiver a viver no Brasil, suportando cada um dos progenitores, na íntegra, as despesas de sustento da criança respectiva (uma com 11 e outra com 15 anos).
- **Acórdão de 11.10.2012 (P.11288/06.3TMSNT-B.L1-8) – Rel. Isoleta Almeida Costa**
RERP – Apensação prevista nos arts.81º.LPCJP e 154º.OTM, por constituir exceção ao regime-regra do art.155º.OTM, não admite interpretação extensiva. Inexistem razões de utilidade e utilidade invocáveis para fundamentar apensação de RERP a PPP findo.
- **Acórdão de 18.09.2012 (P.3744/06.0TBCSC.L1-7) – Rel. Gouveia de Barros**
RERP. Avaliação psicológica aos pais e ao menor. Proximidade com o progenitor não residente.
- **Acórdão de 28.06.2012 (P.33/12.4TBRR.L1-8) – Rel. Ana Luísa Geraldes**
RERP – responsabilidades parentais. Guarda conjunta e guarda alternada.
- **Acórdão de 21.06.2012 (P.2366/09.8TMLS-B.L1-2) – Rel. Jorge Leal**
Questão de particular importância. Baptismo. Pais católicos. Desacordo de um dos progenitores fundado apenas no clima de desarmonia entre as famílias – o Tribunal deve conceder autorização para que o outro progenitor promova o baptismo de menor de 2 anos.
- **Acórdão de 19.06.2012 (P.2526/11.1TBRR.L1-1) – Rel. Graça Araújo**
Guarda alternada não vedada pelo art.1906º.CC, não existindo outrossim impedimento à existência de dois domicílios do menor, assim como sucede com qualquer pessoa que resida alternadamente em vários locais – art.82º./1 CC. Mesmo que se entenda dever o tribunal determinar o local da residência do menor, tal não se impede estadias alternadas em locais distintos.

- **Acórdão de 29.05.2012 (P.409/10.1TBLNH.L1-7) – Rel. Maria João Areias**
 Estando o progenitor sem manter contactos com a menor há mais de 3 anos, desde a separação da progenitora, relacionado com toxicoddependência e alcoolismo do primeiro, situação que ainda ocorrerá, suscitam-se grandes dúvidas sobre a oportunidade de incentivar a reaproximação entre o mesmo e a menor. Assim, tendo o mesmo faltado à conferência de pais e enquanto não manifestar vontade de se aproximar da filha, não será de estabelecer qualquer regime de visitas, fixação essa que sempre estará dependente de uma avaliação psicológica prévia ao progenitor.
- **Acórdão de 29.05.2012 (P.2518/08.8TMLS-B.L1-7) – Rel. Luís Espírito Santo**
 RERP. Nos termos do art.181º./1 OTM, do incumprimento decorre a susceptibilidade de condenação em sanção específica ali prevista, desde que verificada a ilicitude e a culpa inscritas no comportamento relevantemente censurável assumido pelo incumpridor.
- **Acórdão de 22.05.2012 (P.1900/05.7TBSXL-E.L1-1) – Rel. João Ramos de Sousa**
 RERP – Alteração - não havendo acordo dos pais quanto à residência, e na impossibilidade de guarda conjunta, deve estabelecer-se guarda alternada por tempos correspondentes aos períodos escolares. Daí decorrendo encargos para ambos os pais, que se compensam, não é de fixar pensão, sendo as despesas de educação comparticipadas por ambos, em partes iguais. As questões de grande importância são decididas por ambos os pais, de comum acordo e, na sua falta, pelo tribunal.
- **Acórdão de 20.03.2012 (P.617/12.0TBCSC.L1-7) – Rel. Rosa Ribeiro Coelho**
Arresto.
 Providência preliminar da execução a instaurar por apenso ao processo de RERP. Competência do tribunal de família.
- **Acórdão de 06.03.2012 (P.109187-A/1995.L1-7) – Rel. Orlando Nascimento**
 Cessação da obrigação de alimentos com a maioridade. Necessidade de requerer a continuação da prestação para além da maioridade, ao abrigo do art.1880º. CC.
- **Acórdão de 01.03.2012 (P.622/09.4TMFUN-G.L1-2) – Rel. Sousa Pinto**
 Incumprimento de RERP. Incidente previsto no art.181º. OTM. Actuação coerciva prevista no art.189º. OTM deve ter lugar sempre que o devedor, em resposta ao requerimento de incumprimento, não invoque e não apresente prova documental de que pagou a pensão a que estava obrigado, sendo desnecessária a realização de inquérito social.
- **Acórdão de 14.02.2012 (P.3900/11.9TBALM-B.L1-1) – Rel. António Santos**
 Divórcio pendente – providências cíveis correm por apenso àquele, sendo irrelevante a data da sua instauração – art.154º./4 OTM.

- **Acórdão de 17.01.2012 (P.3946/08.4TBRR.L1-7) – Rel. Luís Lameiras**
Obrigação de alimentos – irrenunciabilidade e indisponibilidade – art.1882º. CC. Prioridade da necessidade do menor sobre a possibilidade do progenitor.
- **Acórdão de 15.12.2011 (P.3865/08.4TBAMD.L1-7) – Rel. Roque Nogueira**
Alimentos – Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida situação económico-financeira do progenitor não residente. Progenitor ausentou-se para França há cerca de 6 anos.
- **Acórdão de 06.12.2011 (P.3464/08.0TBAMD.L1-6) – Rel. Tomé Ramião**
Alimentos – art.2004º.CC – Não há obrigação de fixar quando se desconhece o paradeiro e a situação económica do progenitor, não competindo a este o ónus da prova da sua impossibilidade de prestar alimentos. Não violação do princípio da igualdade.
- **Acórdão de 17.11.2011 (P.3030/03.7TBRR-B.L1-2) – Rel. Jorge Leal**
FGADM – cálculo do rendimento do agregado familiar: não consideração do abono de família e dos subsídios de refeição, na parte em que não exceda os limites de isenção de tributação pelo IRS.
- **Acórdão de 17.11.2011 (P.3473/05.1TBSXL-D.L1-8) – Rel. Carla Mendes**
Alteração de RERP. Direito de audição como manifestação do interesse da criança. Deve ser tomada em consideração a opinião de criança no que concerne à mudança da guarda, objecto do processo.
- **Acórdão de 08.11.2011 (P.4519/08.7TBAMD.L1-7) – Rel. Maria do Rosário Morgado**
Alimentos – Mesmo quando inibidos das responsabilidades parentais os pais têm dever de sustento dos filhos.

Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida situação económico-financeira do progenitor não residente. Progenitor em parte incerta de Cabo Verde.

- **Acórdão de 27.10.2011 (P.2373/10.8TMLSB.L1-2) – Rel. Esaguy Martins**
Incumprimento de RERP. Interesse do menor. Audição do menor – preferência por si manifestada não vincula o tribunal. Ausência de razões objectivas para a recusa de menor de seis anos em passar férias com o pai.
- **Acórdão de 25.10.2011 (P.3653/08.8TBAMD.L1-1) – Rel. Rui Vouga**
Fixação de alimentos mesmo quando desconhecida situação económico-financeira do progenitor não residente. Cabe ao requerido alegar e provar da impossibilidade de prestar alimentos.

5. Tribunal da Relação do Porto

- **Acórdão de 18.10.2011 (P.7662/07.6TMSNT-C.L1-7) – Rel. Ana Resende**
Incumprimento de RERP. Alimentos – incidente previsto no art.189º.OTM não passa por instauração de instância executiva autónoma.
- **Acórdão de 13.10.2011 (P.148-A/2002.L1-2) – Rel. Esaguy Martins**
FGADM – o pressuposto legitimador da intervenção subsidiária do Fundo é a não realização coactiva da prestação alimentícia através das formas previstas no art.189º.OTM e não a demonstração do insucesso da tentativa de cobrança através dos mecanismos previstos na Convenção de Nova Iorque sobre Cobrança de Alimentos no Estrangeiro de 20.06.56. Hipotética residência do progenitor da menor no estrangeiro.
- **Acórdão de 04.10.2011 (P.320-C/2001.L1-1) – Rel. Rui Vouga**
Incumprimento de RERP quanto a alimentos. Incidente deduzido durante a menoridade. Prazo prescricional do direito a alimentos do menor - não começa a correr durante a menoridade e não se completará antes de ter decorrido um ano a partir do termo da sua incapacidade – arts.310º., al.f), 318º., al.b) e 320º., nº.1, in fine CC.

A prescrição não pode ser oficiosamente suprida, carecendo, para ser eficaz, de ser invocada, judicial ou extrajudicialmente, por aquele a quem aproveita, pelo seu representante ou, tratando-se de incapaz, pelo Ministério Público.

- **Acórdão de 29.09.2011 (P.4806/06.9TBVFX-E.L1-2) – Rel. Farinha Alves**
Obrigação de alimentos cessa com a menoridade, só se mantendo no caso de o alimentando não ter completado, sem culpa grave, a sua formação profissional e verificados os demais pressupostos do direito a alimentos. Incumbe ao credor de alimentos, que invoca a manutenção da obrigação, fazer prova dos pressupostos dessa manutenção, como excepção á regra da sua extinção.
- **Acórdão de 30.06.2005 (P.4389/05.7TBMGR.C1) – Rel. Fernanda Isabel Pereira**
Impedimento de facto do exercício do poder paternal – pais detidos, internados com doença grave ou ausentes em parte incerta por mais de 6 meses – art.1921º. CC.

Não se verifica impedimento de facto quando existe disfunção familiar.

- **Acórdão de 08/7/2004 (P.6143/2004-6) – relator: Manuel Gonçalves**
Do art. 1887º-A do CC resulta um verdadeiro direito de visita por parte dos avós e irmãos do menor, ainda que com menor amplitude do que o do progenitor.

- **Acórdão de 21/10/2013 (P.762-A/2001.P2) – Rel. Rita Romeira**

Acção tutelar comum prevista no art.210º. OTM - no âmbito do disposto no artigo 1918º. CC, nada impede que os tios da criança que, ao longo de 10 anos, conviveu com eles, gerando profundos laços de afecto, possam vir requerer providências adequadas a restabelecer o convívio com o menor, contra o pai que proibiu tal contacto. O interesse do pai em, após casamento que contraiu e por estar em conflito com tais tios, reorganizar a sua vida familiar não pode prevalecer em relação ao superior interesse do menor (de 14 anos).

- **Acórdão de 09.09.2013 (P.442-E/2000.P1) – Rel. Carlos Gil**

Não cessa automaticamente com a maioridade a obrigação alimentar fixada a filho menor. A invocação e prova dos pressupostos previstos no art.1880º.CC pode ser feita na oposição ao incidente de cessação da obrigação instaurado pelo progenitor.

- **Acórdão de 21.03.2013 (P.854/12.8TBCHV.P1) – Rel. Oliveira Abreu**

Deve ser recusada homologação do acordo de RERP alcançado em Out.2012 em que se estabelece que o menor, de 7 meses e a ser amamentado pela mãe, possa passar no Verão 15 dias seguidos com o pai por não estar salvaguardado o interesse daquele.

- **Acórdão de 18.02.2013 (P.2724/12.0TBPVZ-A.P1) – Rel. Manuel Domingos Fernandes**

Competência por conexão – arts.154º. OTM e 81º. LPCJP.

Processos instaurados “sucessivamente” significa um a seguir ao outro em espaços curtos de tempo, sempre de modo a pressupor que estejam pendentes, activos e não arquivados, só assim se atribuindo competência por conexão no Reg. CE 2201/03 – art.12º./1.

- **Acórdão de 29.01.2013 (P.2424/09.9TMPRT-A.P1) – Rel. Henrique Araújo**

RERP – Deve ser fixada pensão, mesmo ignorando paradeiro do progenitor e, por isso, a situação social e económico-financeira. No mesmo sentido, cita ACSTJ de 15.05.12 (P.2792/08.0TBAMD.L1.S1).

- **Acórdão de 07.01.2013 (P.762-A/2001.P1) – Rel. Luís Lameiras**

Convívios com tios – arts.210º. OTM (1887º.-A) e 1918º. e 1919º./1 CC. Legitimidade de outras pessoas (para além de irmãos e ascendentes) para poderem solicitar fixação de regime de visitas – averiguação dos factos relevantes para aferir da adequada satisfação do interesse do menor.

Revogação de indeferimento liminar. Jurisdição voluntária.

- **Acórdão de 11.12.2012 (P.142-A/2002.P2) – Rel. Márcia Portela**

Alimentos - Em caso de desconhecimento do paradeiro e situação económica do obrigado ou de comprovada insuficiência de meios não é possível proceder à

fixação de alimentos, devendo ser accionados os demais obrigados nos termos do art.2009º. CC (boa resenha jurisprudencial e doutrinária).

- **Acórdão de 15.11.2012 (P.7737/10.4TBVNG.P1) – Rel. José Ferraz**
Alimentos – Devem ser fixados mesmo perante desconhecimento de paradeiro e condições sócio-económicas. Só o não deverá ser quando esteja demonstrada a completa impossibilidade do progenitor suportar uma prestação alimentar.
- **Acórdão de 06.11.2012 (P.12987/07.8TBVNG.P1) – Rel. Rui Moreira**
Incumprimento RERP. MP tem legitimidade para accionar – arts.183º./3 e 186º. OTM.

Formalismo a observar no incidente – jurisdição voluntária.

É inoperante qualquer acordo dos pais que constitua desvio à solução fixada pelo tribunal, com ou sem acordo (nesse sentido, ACRL de 20.04.10, P.106/09.OT2AMD-A.L1-7), sendo também irrelevante, para efeito de exoneração total ou parcial da pensão de alimentos, uma qualquer alteração da situação económica do obrigado. Este terá de lançar mão do art.182º. OTM.

- **Acórdão de 19.06.2012 (P.1516/06.0TMPRT-2.P1) – Rel. Vieira e Cunha**
Direito de audição da criança (Jurisprudência nacional e instrumentos internacionais – designadamente Reg. CE 2201/03).

Direito de visita (Jurisprudência nacional e TEDH).

Negação de convívio (ou a sua supressão) da criança com o progenitor não guardião só poderá justificar-se como ultima ratio, no quadro de conflito extremo entre o interesse da criança e o direito referido.

- **Acórdão de 07.05.2012 (P.758/04.8TBVFR-B.P1) – Rel. Adelaide Domingos**
Estabilidade da “vida familiar”. Manutenção dos cuidados prestados à criança e da relação afectiva recíproca. Ausência de laços afectivos com a mãe. Regime aberto de visitas com progenitores.
- **Acórdão de 23.04.2012 (P.1480/11.4TMPRT.P1) – Rel. José Eusébio Almeida**
Alimentos – Devem ser fixados mesmo que não conhecidos bens, rendimentos ou modo de vida.

Deve ser recusada homologação do acordo de RERP em que não se fixam alimentos.

- **Acórdão de 12.04.2012 (P.1659/11.9TMPRT.P1) – Rel. Leonel Serôdio**
Alimentos – Deve ser recusada homologação do acordo de RERP em que não se fixam alimentos a não guardião, salvo se estiver comprovada incapacidade, total e definitiva, de auferir rendimentos.

- **Acórdão de 28.03.2012 (P.20008-A/2000.P1) – Rel. José Carvalho**
FGADM – a prestação é devida apenas a partir do mês seguinte ao da notificação que a fixou.

- **Acórdão de 23.04.2012 (P.1480/11.4TMPRT.P1) – Rel. José Eusébio Almeida**
Alimentos – Devem ser fixados mesmo que não conhecidos bens, rendimentos ou modo de vida.

Deve ser recusada homologação do acordo de RERP em que não se fixam alimentos.

- **Acórdão de 31.01.2012 (P.57/05.8TMMTS-A.P1) – Rel. Ramos Lopes**
Não é decisiva a vontade do menor no sentido de residir com um dos progenitores – deve antes apurar-se do seu superior interesse, ponderando-se todos os factores atendíveis.

Alimentos – montante.

- **Acórdão de 10.01.2012 (P.336/09.5TBVPA-B.P1) – Rel. Maria Cecília Agante**
Incumprimento RERP. Juízo de censura Adolescentes e pré-adolescentes. Interesse do menor.

Guarda alternada – inconvenientes.

- **Acórdão de 10.01.2012 (P.42/04.7TBCHV-A.P1) – Rel. M. Pinto dos Santos**
FGADM – a obrigação cessa com a maioridade e não chegará a nascer sequer se o beneficiário atingir a maioridade antes da prolação da decisão no incidente de incumprimento em que ocorreria a substituição do devedor originário por aquele (citação de vária jurisprudência nesse sentido).

- **Acórdão de 06.12.2011 (P.1709/09.9TBPFR.P1) – Rel. M. Pinto dos Santos**
Regime de visitas. Superior interesse. Criança com 5 anos. Guarda alternada.

- **Acórdão de 06.12.2011 (P.898/08.4TMPRT-C.P1) – Rel. Márcia Portela**
Alimentos. Apesar de o obrigado a alimentos estar desempregado, o tipo de despesas que efectua é indicador razoavelmente seguro dos seus proventos económicos – é o caso da propriedade e utilização de um automóvel.

- **Acórdão de 06.12.2011 (P.3258/09.6TBVCD-B.P1) – Rel. Fernando Samões**
Incumprimento RERP – 189º. OTM. Morte da progenitora não é causa de extinção da instância por impossibilidade superveniente da lide.

- **Acórdão de 29.11.2011 (P.107/08.6TDSJM-B.P1) – Rel. Rodrigues Pires**
Alimentos – o conteúdo da pensão alimentar não se restringe à prestação mínima e residual de dar aos filhos um pouco do que sobra mas exige-se que os pais assegurem as necessidades dos filhos menores com prioridade sobre as próprias.

- **Acórdão de 29.11.2011 (P.2122/10.0TMPRT-B.P1) – Rel. M. Pinto dos Santos**
Alteração de RERP. A sentença deve apreciar toda a factualidade concreta relevante sob pena de nulidade.
- **Acórdão de 28.11.2011 (P.1380/09.8TBLS-D.C.P1) – Rel. Anabela Calafate**
Responsabilidades parentais. Irrenunciabilidade. Relevância do contacto entre pais e filhos.
- **Acórdão de 22.11.2011 (P.613/09.5TBESP-B.P1) – Rel. Maria de Jesus Pereira**
FGADM – a obrigação só se constitui com a decisão do tribunal que determina o montante a pagar, não sendo exigível o pagamento de prestações anteriores.
- **Acórdão de 03.10.2011 (P.2337/10.1TMPRT.P1) – Rel. Ana Paula Amorim**
Alimentos. Deve ser recusada homologação de RERP por falta de fixação de alimentos.
- **Acórdão de 28.06.2011 (P.1814/09.1TJVNF-A.P1) – Rel. Rodrigues Pires**
Residência do menor. Determinação - deve atender-se ao interesse do menor, tendo presentes as suas necessidades e a capacidade dos pais para as satisfazer – a vontade do menor, expressa em tribunal, deverá ser tida em conta mas não é determinante do teor da decisão.
- **Acórdão de 21.06.2011 (P.1438/08.0TMPRT.P1) – Rel. M. Pinto dos Santos**
Alimentos – Devem ser fixados mesmo que não conhecido o paradeiro e a situação económica.

Só no caso de prova da impossibilidade de prestar alimentos é que o obrigado pode ficar desonerado.

- **Acórdão de 12.04.2011 (P.941/07.4TMPRT-B.P1) – Rel. Vieira e Cunha**
Alteração de RERP – existe susceptibilidade de indeferimento liminar.

Para aquilatar das possibilidades de prestar alimentos a menores, devem considerar-se os meios de que o obrigado dispõe e aqueles de que, querendo, poderia dispor.

- **Acórdão de 07.04.2011 (P.180/05.9TMMTS-B.P1) – Rel. Filipe Carço**
Incumprimento RERP. Estabelecimento de residência permanente ou habitual como “questão de particular importância” – Mudança da criança para o estrangeiro com o guardião, sem cumprimento prévio do dever de informação do não guardião, sem a sua participação nessa decisão e sem a intervenção judicial é um acto ilícito representando frustração dos objectivos delineados no art.1906º. CC (actual redacção).

O novo regime aplica-se ao incidente de incumprimento por estarem em causa normas de interesse e ordem pública que dispõem directamente sobre os efeitos da filiação.

Procedimento internacional – Reg. CE 2201/03 e Conv. Haia de 1980.

- **Acórdão de 16.11.2010 (P.2861/09.9TBVCD-B.P1) – Rel. Rodrigues Pires**
RERP – recurso a decisão provisória em questões urgentes – art.157º. OTM – com dever de fundamentação, sob pena de nulidade.